

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdec@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 1041/2018-PGJ, DE 22.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 15.3.2018, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1042/2018-PGJ, DE 22.3.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 040/2018-PGJ, de 8.1.2018, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, de forma que, onde consta:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Fabricio Proença de Azambuja	23.4.2015 e 6.5.2016	20 e 21.3.2018

Passe a constar:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Fabricio Proença de Azambuja	23.4.2015 e 6.5.2016	21.3 e 17.4.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1043/2018-PGJ, DE 22.3.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça de Campo Grande Grazia Strobel da Silva Gaifatto para, sem prejuízo de suas funções, participar da audiência de instrução e julgamento nos autos da Ação Penal nº 0014006-53.2010.8.12.0001, no dia 27.3.2018, às 17h20min, na 1ª Vara Criminal da referida Comarca.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1044/2018-PGJ, DE 22.3.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 23.3.2018, as férias do Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro, concedidas por meio da Portaria nº 4320/2017-PGJ, de 14.12.2017, alterada pela Portaria nº 116/2018-PGJ, de 12.1.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1045/2018-PGJ, DE 22.3.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger 10 (dez) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2012/2013, a serem usufruídos a partir de 9.5.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1046/2018-PGJ, DE 22.3.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro	8, 12 e 13.12.2015	26, 27 e 28.3.2018
Humberto Lapa Ferri	4.12.2017	23.3.2018
Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	29.11.2014	16.3.2018
João Meneghini Girelli	19.12.2015	28.3.2018
Moisés Casarotto	12 e 13.9.2015	26 e 27.3.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1047/2018-PGJ, DE 22.3.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 23.3.2018, as férias da Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro, concedidas por meio da Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1048/2018-PGJ, DE 22.3.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 23.3.2018, a Portaria nº 1012/2018-PGJ, de 19.3.2018, que designou o Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos para exercer a função de Supervisor das Promotorias de Justiça Criminais da comarca de Corumbá.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1049/2018-PGJ, DE 22.3.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 23.3.2018, a Portaria nº 1013/2018-PGJ, de 19.3.2018, na parte que indicou ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça *Marcos Martins de Brito*, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 50ª Zona Eleitoral.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1050/2018-PGJ, DE 22.3.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 56ª Promotora de Justiça da comarca de Campo Grande, Aline Mendes Franco Lopes, para, sem prejuízo de suas funções, auxiliar nas audiências de custódia no dia 2.4.2018, nos termos do § 2º do artigo 1º da Resolução nº 033/2015-PGJ, de 16.10.2015, alterada pela Resolução nº 006/2016-PGJ, de 30.5.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1051/2018-PGJ, DE 22.3.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 791/2018-PGJ, de 27.2.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de março de 2018, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE DOURADOS, DEODÁPOLIS, IVINHEMA E ANGÉLICA			
24 e 25.3.2018	PJ de Glória de Dourados	Andréa de Souza Resende	99933-8637

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE DOURADOS, DEODÁPOLIS, IVINHEMA E ANGÉLICA			
24 e 25.3.2018	1ª PJ de Fátima do Sul	Romão Avila Milhan Junior	99941-7123

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1052/2018-PGJ, DE 22.3.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar a Portaria nº 2021/2015-PGJ, de 14.9.2015, que designou o 8º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Luciano Anechini Lara Leite, para coadjuvar na 5ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1053/2018-PGJ, DE 22.3.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça da comarca de Cassilândia, Pedro de Oliveira Magalhães, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 26 a 28.3.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão da titular, *Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro*.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1054/2018-PGJ, DE 22.3.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Substituta Mariana Sleiman Gomes para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 72ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, no dia 22.3.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

ESCOLA SUPERIOR**EDITAL Nº 015/PJB-2018**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, torna pública a CONVOCAÇÃO da candidata Ana Flavia de Abreu Aguiar, em virtude da manifestação de opção de DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA da vaga de estagiário de Beatriz Donzeli, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionada em último lugar na fila dos aprovados, para provimento das vagas disponíveis na Comarca de Batayporã e Nova Andradina, referente ao Processo de Seleção de Estagiários de Direito do Ministério Público Estadual, objeto do Edital nº 001/PJB-2017, e de acordo com a classificação do Edital nº 010/PJB2018. A candidata convocada deverá manifestar-se, apresentando-se no local indicado, no prazo de 02 (dois) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção.

COMARCA DE NOVA ANDRADINA

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	LOTAÇÃO
Ana Flavia de Abreu Aguiar	6º	2º Promotoria de Justiça

Nova Andradina/MS, 19 de março de 2018.

ALEXANDRE ROSA LUZ

1ª Promotoria de Justiça

PAULO LEONARDO DE FARIA

2ª Promotoria de Justiça

FABRÍCIO SECAFEN MINGATI

3ª Promotoria de Justiça

ANEXO ÚNICO**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**

1	Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
6	Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte;
8	Atestado de exame ABO-RH;
9	2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes;
10	Ficha de Cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato.

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

AVISO Nº 072/2018

O Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em Exercício, CONVOCA os candidatos aprovados no XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017 de 3 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1560, de 4 de agosto de 2017, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

1. CANDIDATA CONVOCADA

1.1. COMARCA DE CAMPO GRANDE

A candidata aprovada, na comarca de Campo Grande, deverá entregar a documentação na Secretaria de Recursos Humanos - SERH, situada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214- Jardim Veraneio, Campo Grande - MS, no dia e horário mencionados no quadro abaixo.

ADMINISTRAÇÃO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

Turno do Estágio: Vespertino

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
02/04/2018	14h	NATHALIA MANVAILER LEITE	4ª

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações);
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidões criminais dos cartórios distribuidores das Justiças Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; Certidão e/ou atestado de antecedentes criminais fornecidas pelas Polícias Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
6	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Atestado de exame ABO-RH;
8	Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil (exceto poupança);
9	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
10	Ficha de Cadastro manuscrito/digitado em todos os campos e assinada;
11	Declaração de não participação em diretoria de Partido Político;
12	Diploma em curso Nível Superior – Graduação;
13	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, em curso de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado ou doutorado.

Cumpra observar que diante de previsão expressa no EDITAL N.º 001/2017-CEAF, no capítulo “IX - Da Convocação e Admissão”, item 5, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no

“e-mail” e aviso de convocação, no prazo de 3 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação deverá ser enviada é o seguinte: estagiariosadm@mpms.mp.br.

Caso a candidata faça a opção por apresentar-se no local, deverá ir até a SERH, sito à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada à rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Parque dos Poderes, Campo Grande - MS.

Campo Grande, 22 de março de 2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em Exercício

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0990/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral de Justiça *em exercício*, Humberto de Matos Brittes

2- JF LOGÍSTICA E SERVIÇOS – EIRELI, representada por Jaques Eduardo Leite.

Procedimento Licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 037/2017 do Pregão Eletrônico nº 021/2017 – Secretaria de Administração e Desburocratização do Estado de Mato Grosso do Sul.

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93 (e alterações), Lei Federal n. 10.520/2002 e o Decreto Estadual n. 11.676/2004.

Objeto: Locação de veículos para atender às necessidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$74.400,00, nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE001234 de 20.03.2018.

Vigência: 21.03.2018 a 21.03.2019.

Data de assinatura: 21 de março de 2018.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/PGJ/2017 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1530, DE 23 DE JUNHO DE 2017 (PÁGINAS 8 E 9), REPUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1594 DE 26 DE SETEMBRO DE 2017 (PÁGINA 12) E REPUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1647 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017 (PÁGINAS 79 E 80) - REPÚBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/PGJ/2017

DO OBJETO: Registro de preços unitários de gêneros alimentícios, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Açúcar refinado, branco, mistura homogênea, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, acondicionado em embalagem de polipropileno transparente ou leitosa contendo 1kg. Especificação dos ingredientes e informações do fabricante estampados na embalagem, indústria brasileira, validade mínima de 6 (seis) meses. Marcas de referência: União, Da Barra e Estrela. Marca: Da Barra Fornecedora: EFICAZ LOGISTICA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTAVEIS EIRELI -ME	emb.	15.000	3,65

2	Adoçante dietético líquido, não calórico, acondicionado em embalagem original de fábrica, embalagem com 100ml. Especificação dos ingredientes e informações do fabricante estampadas na embalagem, indústria brasileira, validade mínima de 6 (seis) meses. Marcas de referência: Zero Cal, Finn e Adocyl. Marca: Adocyl Fornecedora: EFICAZ LOGISTICA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTAVEIS EIRELI -ME	un.	500	2,80
3	Café torrado e moído, aspecto de pó fino, embalado a vácuo, embalagem com 500g. Especificação dos ingredientes e informações do fabricante estampadas na embalagem, validade mínima de 6 (seis) meses. Marcas de referência: Caboclo Tradicional, Três Corações Tradicional, Pilão Tradicional e Melitta Tradicional. Marca: Caboclo Fornecedora: EFICAZ LOGISTICA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTAVEIS EIRELI -ME	emb.	15.000	10,80
4	Chá mate tostado, feito de erva-mate (ilex-paraguariensis), isento de matéria terrosa, fungos ou parasitas, livre de umidade e de fragmentos estranhos, acondicionado em embalagem com peso líquido de, no mínimo, 200g. Especificação dos ingredientes e informações do fabricante estampados na embalagem, indústria brasileira, validade mínima de 6 (seis) meses. Marcas de referência: Santo Antônio, Leão e Real. Marca: Santo Antonio Fornecedora: EFICAZ LOGISTICA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTAVEIS EIRELI -ME	emb.	8.000	3,30

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

DATA DE ASSINATURA: 22 de junho de 2017.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

SEGUNDO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2016.00001096-0

Pelo presente Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85 (Ação Civil Pública), os abaixo qualificados o celebram e se obrigam a cumprir as obrigações pactuadas.

TÍTULO I - DAS PARTES

COMPROMITENTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, neste ato representado pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Freitas de Almeida, designada para responder pela 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, doravante denominado MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

COMPROMISSÁRIOS: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – CRCMS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.578.616/0001-07, com sede na rua Euclides da Cunha, nº 994, Jardim dos Estados, em Campo Grande (MS), neste ato representado por sua Presidente Iara Sonia Marchioretto, conforme Resolução CRC/MS nº 217/2015 de 30/01/2015, CPF nº 782.743.201-82, CRC-MS nº 7912/O-5, devidamente assistido pelo Advogado Arthur Lopes Ferreira Neto, OAB/MS 8763, com endereço profissional na rua Pe. João Crippa, nº 1.700, centro, Campo Grande (MS), CEP 79002-390, doravante denominado PRIMEIRO COMPROMISSÁRIO; e MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.501.509/0001-06, com sede administrativa à Av. Afonso Pena, nº 3.297, na cidade de Campo

Grande (MS), CNPJ: 15.413.826/0001-50, neste ato representado 15.413.826/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Marcos Marcello Trad, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF/MF n. 466.456.321-34 e do RG n. 122.118 SSP/MS, e pela SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS – SISEP, representada pelo Secretário Municipal Rudi Fiorese; SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E GESTÃO URBANA – SEMADUR, representada pelo Secretário Municipal José Marcos da Fonseca, doravante denominado SEGUNDO COMPROMISSÁRIO.

TÍTULO II - DESCRIÇÃO DO(S) EMPREENDIMENTO(S) E DA(S) ATIVIDADE(S)

EMPREENDIMENTO(S) E ATIVIDADE(S): utilização do terreno - situado na Avenida Mato Grosso com a Avenida Hiroshima, lote 2k, gleba 2, bairro Carandá Bosque, matrícula n. 198.856 do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª circunscrição imobiliária desta urbe - como canteiro de obras para alocar e armazenar maquinários e equipamentos de serviço, bem como para construir/levantar barracões de operários e/ou depósitos de materiais a serem utilizados temporariamente nas obras.

TÍTULO III - OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

CLÁUSULA PRIMEIRA: Os COMPROMISSÁRIOS reconhecem ser condição necessária ao cumprimento da função social da propriedade em sua dimensão ambiental o atendimento das seguintes exigências legais, sem prejuízo de quaisquer outras: a) art. 170, III e VI, da Constituição Federal, que trata da função social da propriedade e da defesa do meio ambiente como princípios da ordem econômica; b) art. 18, §2º, da Constituição Federal, que trata da função social da cidade e da função social da propriedade urbana; c) arts. 184 e 186 da Constituição Federal, que tratam da função social da propriedade rural; d) 225, §§ 1º ao 6º, da Constituição Federal, que trata da defesa do meio ambiente; e) do art. 10 da Lei nº 6.938/81 (Lei de Política Nacional do Meio Ambiente), que prevê como compulsório o prévio licenciamento ambiental; f) art. 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81 (Lei da Política Nacional de Meio Ambiente), que impõe reparar, mitigar e compensar os impactos ou degradações ambientais provocados; e, g) art. 1.228, §§ 1º ao 5º, do Código Civil de 2002, que trata da função social da propriedade.

PARÁGRAFO ÚNICO: O MINISTÉRIO PÚBLICO e os COMPROMISSÁRIOS, diante do Termo de Ocupação Temporária firmado entre os COMPROMISSÁRIOS, deliberaram a necessidade de alteração do anteriormente pactuado, passando a situação de fato ser regada pelo presente Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nesta data.

TÍTULO IV - DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I - DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

CLÁUSULA SEGUNDA: O SEGUNDO COMPROMISSÁRIO, a partir da assinatura deste Termo Aditivo, diante da ocupação temporária do imóvel, obriga-se respeitar e obedecer a todas as normas legais, regulamentares, ambientais e técnicas nas atividades, obras, serviços ou intervenções que vier a realizar no local, inclusive com a obtenção da necessária licença ambiental para as atividades, obras ou serviços que dela dependam.

Parágrafo Primeiro. Caso qualquer atividade realizada pelo SEGUNDO COMPROMISSÁRIO venha a causar danos ambientais, obriga-se este a recuperar a área degradada, mediante apresentação de projeto de recuperação de áreas degradadas e alteradas, o qual deve ser licenciado junto ao órgão ambiental competente. Nesse caso, o SEGUNDO COMPROMISSÁRIO obriga-se a seguir todas as recomendações e exigências legais, regulamentares e técnicas, executando o cronograma e o projeto aprovados pelo órgão ambiental licenciador na íntegra, inclusive quanto ao prazo, até final recuperação do dano ambiental.

Parágrafo Segundo. A obrigação descrita no primeiro parágrafo não afasta a solidariedade da obrigação de recuperar o bem ambiental decorrente da propriedade do imóvel, sem prejuízo de eventual regresso em desfavor do causador do dano ambiental.

Parágrafo Terceiro: o prazo para apresentar projeto mencionado na cabeça da cláusula é de trinta dias após a sua ocorrência, salvo se os impactos ambientais estiverem previstos no licenciamento ambiental, hipótese em que se deverá seguir o definido no procedimento do licenciamento ambiental.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem válidas todas as obrigações pactuadas no termo de ajustamento de conduta original e no primeiro aditivo em relação ao PRIMEIRO COMPROMISSÁRIO.

CLÁUSULA QUARTA: Em caso de descumprimento das obrigações, incidem as penas previstas no primeiro aditivo ao SEGUNDO COMPROMISSÁRIO.

CLÁUSULA QUINTA: A revogação, total ou parcial, de quaisquer das normas legais referidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações ora assumidas.

Parágrafo Único. A assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta não afasta a competência dos órgãos ambientais para atuação, nem exime do cumprimento das normas legais pertinentes, sendo garantia mínima ambiental.

CLÁUSULA SEXTA: O MINISTÉRIO PÚBLICO poderá fiscalizar a execução do presente acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias no imóvel rural e requisitando providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pelos compromissários no prazo fixado na notificação ou requisição.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este compromisso de ajustamento produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, e do art. 784, III e XII, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA OITAVA: Este Termo de Ajustamento de Conduta vai impresso em 3 três vias de igual teor, assinadas pelo Promotor de Justiça e pelos Primeiro e Segundo compromissários. Uma das vias é recebida pelo primeiro compromissário neste ato e outra, pelo segundo compromissário, bem como uma via será juntada ao Procedimento e outra permanecerá em pasta arquivada na Promotoria de Justiça.

Campo Grande/MS, 29 de janeiro de 2017.

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA
Promotor de Justiça

MARCOS MARCELLO TRAD
Prefeito Municipal

RUDI FIORESE
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos – SISEP

JOSÉ MARCOS DA FONSECA
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana – SEMADUR

IARA SONIA MARCHIORETTO
Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso do Sul

DOURADOS

EDITAL 0006/2018/10PJ/DOS -

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados toma pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto nº 400, Bairro Santo Antônio, Dourados/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000841-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto : Apurar ausência de PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2018, perante a Secretaria Municipal de Saúde de Dourados/MS, em violação aos princípios constitucionais da eficiência, proporcionalidade e moralidade.

Dourados, 15 de março de 2018

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR
Promotor de Justiça

TRÊS LAGOAS

RECOMENDAÇÃO 0002/2018/04PJ/TLS

Procedimento Administrativo 09.2017.00002249-3

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Município de Três Lagoas e Departamento de Habitação Popular do Município de Três Lagoas/MS

Objeto: Acompanhar a seleção das famílias que será feita pelo Município no que tange ao benefício de moradias populares no Loteamento Jardim das Primaveras, neste Município de Três Lagoas.

Ementa: Recomendação destinada a orientar o Município de Três Lagoas na aplicação da Lei Municipal 3.330/2017, em harmonia com o princípio constitucional da igualdade e atendendo a função social da norma legal.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão de Três Lagoas, no exercício das atribuições previstas nos artigos 127, *caput* e 129, II, ambos da Constituição Federal, bem como no artigo 27, incisos II e IV da Lei 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007 dispõe em seu art. 5º que “*a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social*”;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito pelos poderes municipais e por entidades que exerçam função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública (art. 27, I e IV, Lei Federal 8.625/93), assim como fiscalizar a fiel observância às leis pela Municipalidade e por seus agentes públicos, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

CONSIDERANDO que a “*administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)*” (artigo 37, *caput* da Constituição Federal);

CONSIDERANDO o direito constitucional à moradia (artigo 6, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO o atual quadro habitacional do município de Três Lagoas/MS;

CONSIDERANDO a situação irregular das famílias que atualmente ocupam o Loteamento Jardim das Primaveras;

CONSIDERANDO a longa espera das famílias inscritas no programa habitacional disponível no município e que, atualmente, não tem previsão de abertura de novos projetos habitacionais;

CONSIDERANDO a necessidade de observação dos princípios constitucionais da igualdade e da isonomia, que definem como compatíveis com suas disposições as diferenciações realizadas em observância do contexto e necessidades do caso concreto;

CONSIDERANDO que após a instauração do presente Procedimento Administrativo foi editada a Lei Municipal nº 3.330 de 19 de setembro de 2017 que autoriza o Poder Executivo Municipal a doar os lotes de terrenos urbanos no loteamento Jardim das Primaveras para os ocupantes/beneficiários de programas de habitação;

CONSIDERANDO que a presente Lei autoriza legitimar a posse dos ocupantes dos lotes que lá estavam até o dia 22 de dezembro de 2016 e aos lotes que restarão no local a mencionada Lei autoriza a seleção de famílias, dando “preferência aos integrantes de grupos ou associações com as quais o poder público tenha assumido compromisso de

doação de moradia ou área com esse propósito, independentemente de constar em cadastros de pré-seleção" – Lei Municipal nº 3.330/2017;

CONSIDERANDO que a referida Lei trouxe de forma genérica que o compromisso de doação feito pelo poder público pode ser "*reconhecido por fato notório*";

CONSIDERANDO que a referida Lei autorizou o Município a legitimar a posse dos lotes ocupados até o dia 22 de dezembro de 2016, porém, em consulta ao Departamento de Habitação Popular este informou que o Município não dispõe de documento/relatório/lista que comprove quais ocupantes/famílias lá estavam na data apontada na Lei Municipal;

CONSIDERANDO que o último levantamento feito no local foi catalogado em meados de setembro de 2017, quando então foi apresentado nesta Promotoria de Justiça;

CONSIDERANDO que a falta de rigor legal cria uma situação jurídica despida de formalidades, abrindo caminho para o desrespeito ao princípio constitucional da igualdade;

CONSIDERANDO a necessidade de resguardar o direito à moradia das famílias regularmente inscritas nos programas habitacionais do Município de Três Lagoas, em oposição a eventuais interesses políticos;

RECOMENDA:

Ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Três Lagoas, que atenda aos seguintes critérios para beneficiação de famílias de baixa renda através da Lei Municipal 3.330/2017:

I. Que serão legitimados nos lotes os ocupantes do loteamento Jardim das Primaveras relacionados na lista anexa¹;

II. Para os lotes remanescentes, para que seja reconhecido o compromisso de doação de moradia ou área firmado entre o Poder Público e os grupos, associações e movimentos sociais, devem, de forma exemplificativa e não exaustiva, ser apresentadas as seguintes provas:

II.I - Documentos autenticados firmando parceria para atuação em projetos habitacionais;

II.II - Projetos oficiais desenvolvidos em conjunto com o município;

II.III - Atas de reuniões entre o gestor municipal e membros desses movimentos;

II.IV - Fotografias que ilustrem a parceria e o compromisso firmado;

II.V - Projetos próprios de habitação, desenvolvidos de forma independente ou em parceria com entidades públicas;

II.VI - Documentos que comprovem a inscrição em programas habitacionais, tanto federais quanto estaduais;

II.VII - De forma suplementar, devem os grupos interessados atenderem as disposições da Lei Federal 13.465/2017.

III. Ainda para os lotes remanescentes, para que sejam beneficiados os membros de movimentos sociais com os quais o Poder Público firmou o mencionado compromisso, devem ser observados os seguintes requisitos, de forma cumulativa:

III.I - Residir atualmente em Três Lagoas/MS, comprovando o enraizamento neste município e a intenção de aqui permanecer, de forma a atender a finalidade social da Lei Municipal 3.330/2017 – combater o problema habitacional da cidade de Três Lagoas;

III.II - Comprovação da materialidade da atuação junto ao grupo ou movimento social no município de Três Lagoas, preferencialmente nas causas pertinentes ao Jardim das Primaveras, através das seguintes provas, de forma exemplificativa e não cumulativa:

A) Documentação autenticada, expedida por associação que esteja ativa e legalmente constituída, que comprove a inscrição prévia junto ao movimento, observando-se a data limite de 22/12/2016²;

B) Participação em, no mínimo, duas ou mais reuniões ou conferências, com presença confirmada em ata;

III.III - Não possuir outros bens imóveis no município de Três Lagoas em seu nome ou de cônjuges, bem como ofertar declaração pessoal que comprove a inexistência desses bens em outros municípios, sob pena de perda do direito de contemplação;

¹ A referida lista foi formulada a partir de levantamento feito no local pela Prefeitura Municipal e apresentado nesta Promotoria de Justiça em 29.09.2017. Frisa-se que a apesar da Lei Municipal nº 3.330/2017 citar no art. 3º que legitimará a posse dos lotes ocupados até o dia 22 de dezembro de 2016, o Poder Público Municipal não dispõe de levantamento oficial dos ocupantes do local até esta data; razão pela qual tomamos por base o relatório que nos foi apresentado em 29.09.2017.

² Data limite definida como parâmetro nos termos Lei Municipal nº 3.330/2017;

III.IV - Comprovar não ter sido contemplado com uma residência, lote ou bem imóvel semelhante através de outros programas habitacionais federais, estaduais ou locais;

III.V - De forma suplementar, devem os interessados atender às disposições da Lei Federal 13.465/2017.

A ausência de observância desta RECOMENDAÇÃO impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes, inclusive com execução de multas judiciais, execução de obrigação de fazer e remessa de cópia de documentos à autoridade policial e à Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social para apuração de crime e de improbidade administrativa.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da presente, se os recomendados acolherão ou não a RECOMENDAÇÃO.

Encaminhe-se, com urgência, cópia da presente RECOMENDAÇÃO às seguintes autoridades e entidades:

- 1) Ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Três Lagoas, com cópia integral do PA 09.2017.00002249-3;
- 2) À Diretora de Habitação Popular do Município de Três Lagoas, com cópia integral do PA 09.2017.00002249-3;
- 3) Ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, com cópia integral do PA 09.2017.00002249-3;
- 4) À Assessoria de Comunicação do Ministério Público Estadual para a devida publicação no Diário Oficial.

Três Lagoas/MS, 19 de março de 2018.

ANA CRISTINA CARNEIRO DIAS
Promotora de Justiça

ANEXO ÚNICO DA RECOMENDAÇÃO 0002/2018/04PJ/TLS

RESPONSÁVEL FAMILIAR	LOTE
ADRIANA GOMES CORREIA	RUA IXÓRIA, QD. 03, LT. 06
AILTON PEREIRA DE OLIVEIRA	RUA HIBISCO, QD. 02, LT. 16
ANA LARISSA DE OLIVEIRA TRALASSO	RUA AZALÉA, QD. 01, LT. 18
CANDELÁRIA ALVES CABRAL	RUA HIBISCO, QD. 07, LT. 19
CAROLAINÉ FERREIRA DOS SANTOS	RUA HIBISCO, QD. 01, LT. 07
CLEONICE DOS SANTOS MARTINS	RUA NANDINA, QD. 04, LT. 04
CRISTIANE DA SILVA REIS	RUA PINGO DE OURO, QD. 02, LT. 05
CRISTIANE ORTIZ ROSA DOS SANTOS	RUA HIBISCO, QD. 01, LT. 03
DALILA BRANCO DIAS	RUA QUARESMEIRA, QD. 08, LT. 10
DAMIANA ELAINE FERREIRA	RUA PINGO DE OURO, QD. 07, LT. 04
DANIELA APARECIDA BRUNO	RUA AZALÉA, QD. 08, LT. 14
DANIELLA CRISTINA DOS SANTOS DE MORAES	RUA NANDINA, QD. 05, LT. 04
DARLENE ASSIS LARROQUE	RUA IXÓRIA, QD. 04, LT. 12
DENISE DOS SANTOS GUIELEBO	RUA PINGO DE OURO, QD. 07, LT. 03
DIONIZIA GONÇALVES FLORENCIO	RUA NANDINA, QD. 05, LT. 06
ELI PIRES COTOCIO	RUA IXÓRIA, QD. 03, LT. 04
ELIANA CORREA COUTO	RUA AZALÉA, QD. 01, LT. 15
ERILAINE ALMEIDA DUETTES	RUA NANDINA, QD. 05, LT. 09
FERNANDA COSTA	RUA NANDINA, QD. 04, LT. 07
FERNANDO DE MATOS TEIXEIRA	RUA IXÓRIA, QD. 03, LT. 08
FLORA BERNARDES LUCAS DA SILVA	RUA NANDINA, QD. 05, LT. 07
GABRIELY SANTOS DA SILVA	RUA HIBISCO, QD. 01, LT. 06
INES DA SILVA REIS	RUA HIBISCO, QD. 02, LT. 14
JANAINA PIRES DE SOUZA	RUA HIBISCO, QD. 08, LT. 08

JANDIRA DORTA FREITAS	RUA HIBISCO, QD. 01, LT. 04
JEAN NORAMME	RUA IXÓRIA, QD. 05, LT. 12
JOÃO LACERDA DE FREITAS	RUA PINGO DE OURO, QD. 06, LT. 16
JOEL LIMA CORREIA	RUA AZALÉA, QD. 08, LT. 19
JOEL PEREIRA DA SILVA	RUA AZALÉA, QD. 08, LT. 13
JOELMA DE ARAÚJO ROCHA	RUA IXÓRIA, QD. 04, LT. 15
JOSÉ FRANCISCO DA SILVA	RUA HIBISCO, QD. 08, LT. 12
JOSÉ HILTON DOS SANTOS	RUA PINGO DE OURO, QD. 07, LT. 02
JOSÉ OSMAR DE SOUSA	RUA HIBISCO, QD. 08, LT. 06
JOSIANE GARCIA DOS SANTOS	RUA HIBISCO, QD. 01, LT. 05
LAURA ROSA GONÇALVES	RUA PINGO DE OURO, QD. 06, LT. 11
LIDIANE DE OLIVEIRA	RUA PINGO DE OURO, QD. 07, LT. 08
LUCIANO GOMES CORREIA	RUA QUARESMEIRA, QD. 07, LT. 09
LUZIA APARECIDA DA SILVA NUNES	RUA IXÓRIA, QD. 06, LT. 01
MÁRCIA DE OLIVEIRA SOUZA	RUA PINGO DE OURO, QD. 02, LT. 06
MÁRCIA FONSECA DA SILVA	RUA HIBISCO, QD. 07, LT. 11
MÁRCIA VICENTE CARDOSO KUMAKI	RUA IXÓRIA, QD. 06, LT. 9
MARCILENE DOS SANTOS BISPO	RUA HIBISCO, QD. 02, LT. 17
MARIA ALVEZ DE SOUZA VALDEZ	RUA NANDINA, QD. 05, LT. 02
MARIA DAS DORES FERREIRA VICENTE	RUA IXÓRIA, QD. 06 LT. 08
MARIA ROSA DE SOUZA RODRIGUES	RUA IXÓRIA, QD. 05, LT.17
MAYRAN CHRISTINA GONÇALVES DOS SANTOS	RUA NANDINA, QD. 04, LT. 03
MYRTHA BRANCHEDOR	RUA HIBISCO, QD. 08, LT.03
PATRICIA DOS SANTOS OLIVEIRA	RUA AZALÉA, QD. 08, LT. 15
PRISCILA FAGUNDES GUIMARÃES	RUA HIBISCO, QD. 08, LT. 04
SONIA PIRES DOS SANTOS	RUA PINGO DE OURO, QD. 06, LT. 13
STEFFANY GOMES TEIXEIRA	RUA PINGO DE OURO, QD. 06, LT. 10
TAMARA ANTONIO	RUA IXÓRIA, QD. 03, LT. 03
THAYNARA RAQUEL SENA	RUA IXÓRIA, QD. 05, LT. 14
VALDINÉIA TEODORO DA SILVA	RUA AZALÉA, QD. 01, LT. 13
WELSON BATISTA	RUA PINGO DE OURO, QD. 02, LT. 03

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

FÁTIMA DO SUL

EDITAL Nº. 13/2018

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul-MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n. 06.2017.00001558-1 no Inquérito Civil Público n. 06.2017.00001558-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, n. 810, Jardim Ipiranga, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421.

Inquérito Civil Público n. 06.2017.00001558-1

Requerente: José dos Santos Araújo

Requerido: Município de Vicentina.

Assunto: Apurar eventual irregularidade na eleição da Diretoria Executiva do Instituto de Previdência dos Servidores Público do Município de Vicentina (VicentinaPrev).

Fátima do Sul-MS, 07 de março de 2018.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº. 16/2018

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul-MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n. 06.2017.00001910-0 no Inquérito Civil Público n. 06.2017.00001910-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, n. 810, Jardim Ipiranga, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421.

Inquérito Civil Público n. 06.2017.00001910-0

Requerente: Anônimo

Requerido: Município de Vicentina.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no pagamento de incorporações para servidores públicos do Município de Vicentina.

Fátima do Sul-MS, 13 de março de 2018.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Promotor de Justiça

IVINHEMA

EDITAL Nº 0003/2018/01PJ/IVH

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2018.00000851-8, mediante conversão da Notícia de Fato n.º 01.2017.00009554-3 que está à disposição de quem possa interessar na Praça dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79.740-000, fone (67) 3442-1590.

Inquérito Civil Nº 06.2018.00000851-8.

Requerente: Câmara Municipal de Ivinhema.

Requerido: Município de Ivinhema.

Assunto: Apurar eventual omissão na instalação e no funcionamento das Unidades de Estratégia da Saúde da Família "Dos Ipês" e "Das Palmeiras".

Ivinhema/MS 20 de março de 2018

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO

Promotor de Justiça

EDITAL N.: 0010/2018/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2018.00000725-2 que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590.

Inquérito Civil n. 06.2018.00000725-2

Requerente: Corpo de Bombeiros Militar de Ivinhema/MS

Requerido: A apurar

Objeto: Apurar eventuais irregularidades ambientais nas propriedades do entorno do local onde rompeu-se o asfalto, na rodovia MS-475, causando uma enorme cratera, vez que a ausência de medidas de conservação de solo podem ter contribuído para a elevação do volume de águas do córrego que passa sob o local.

Ivinhema/MS, 20 de março de 2018.

JULIANA MARTINS ZAUPA

Promotora de Justiça

MARACAJU

EDITAL Nº. 0007/2018/02PJ/MCJ

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS.

Inquérito Civil n. 06.2018.00000879-5.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Laucídio Coelho Neto e Maria Ines Correa Coelho.

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental nos imóveis rurais denominados Fazenda Engenho - área 02, Fazenda Engenho - área 03 e Fazenda Engenho - área 04, localizados neste Município, no que tange à área de reserva legal, preservação permanente e conservação do solo, bem como verificar a responsabilidade civil dos requeridos, em razão da supressão de vegetação sem autorização ambiental.

Maracaju-MS, 21 de março de 2018.

ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº. 0008/2018/02PJ/MCJ

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS torna pública a migração do Inquérito Civil n. 022/2014 para o sistema SAJMP, cumprindo determinação contida no Art. 56 da Resolução nº 14/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017, o qual está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS ou através do site do Ministério Público Estadual no seguinte endereço <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2018.00000882-9.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: União Indústria de Suplementação Animal Ltda

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da Empresa União - Suplementação Animal, tendo em vista as reclamações acerca da emissão atmosférica de material particulado e poluição sonora, fato que vem causando incômodos aos moradores vizinhos ao local.

Maracaju-MS, 21 de março de 2018.

ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº. 0009/2018/02PJ/MCJ

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS torna pública a migração do Inquérito Civil n. 004/2015 para o sistema SAJMP, cumprindo determinação contida no Art. 56 da Resolução nº 14/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017, o qual está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS ou através do site do Ministério Público Estadual no seguinte endereço <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2018.00000883-0.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Humberto Bazilio da Costa

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Chácara Maria José, localizado neste município, no que tange à área de reserva legal, área de preservação permanente e conservação do solo, bem como, verificar se houve danos ao meio ambiente em razão da invasão da área de preservação permanente nas margens do Córrego Cabeceira do Prata.

Maracaju-MS, 21 de março de 2018.

ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº. 0010/2018/02PJ/MCJ

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS torna pública a migração do Inquérito Civil n. 006/2004 para o sistema SAJMP, cumprindo determinação contida no Art. 56 da Resolução nº 14/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017, o qual está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS ou através do site do Ministério Público Estadual no seguinte endereço <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> ..

Inquérito Civil n. 06.2018.00000885-1.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Tamiozzo & Tamiozzo Ltda

Assunto: Apurar a conduta da empresa requerida de ter em depósito em sua propriedade denominada Chácara Juquita, nesta cidade, 10 (dez) estéreos de produto florestal, sem licença outorgada pela autoridade competente.

Maracaju-MS, 21 de março de 2018.

ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº. 0011/2018/02PJ/MCJ

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS torna pública a migração do Inquérito Civil n. 002/2017 para o sistema SAJMP, cumprindo determinação contida no Art. 56 da Resolução nº 14/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017, o qual está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS ou através do site do Ministério Público Estadual no seguinte endereço <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> ..

Inquérito Civil n. 06.2018.00000888-4.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Geraldo Barbosa De souza, Uilson Domingos Simioli

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Santa Leopoldina, localizado neste Município, no que tange à área de reserva legal, área de preservação permanente e conservação do solo, bem como, verificar a responsabilidade civil dos requeridos, em razão da supressão de vegetação sem autorização ambiental.

Maracaju-MS, 21 de março de 2018.

ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA

Promotor de Justiça

.....
PONTA PORÃ
.....

EDITAL Nº 0026/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00000880-7, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000880-7

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): João Carlos Pessato

Assunto: Investigar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade rural Fazenda Rincão Bonito relativamente à inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural com a devida instituição da área de reserva legal, bem como a observância da legislação com relação ao armazenamento e logística reversa de embalagens de agrotóxicos.

Ponta Porã/MS, 22 de março de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça